



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 2019

DIREITO

PÓS-GRADUAÇÃO

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

1. Confira este Caderno de Provas: ele deverá conter **10 (dez)** questões de português, **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **2 (duas)** questões dissertativas distribuídas em **16 (dezesesseis)** páginas, incluindo esta.
2. A prova terá duração de **4 (quatro)** horas, improrrogáveis.
3. A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
4. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
5. Responda as questões objetivas e subjetivas nas folhas de resposta que serão entregues em separado.
6. As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção. Sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
7. Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8. Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
9. Este Caderno de Provas deverá ser devolvido juntamente com a folha de resposta ao final da prova.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

PROVA OBJETIVA

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nas questões abaixo, assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

Questão 1

- a) infravermelho, antiinfecioso, autodidata, interracial, microônibus
- b) infra-vermelho, anti-infeccioso, auto-didata, inter-racial, micro-ônibus
- c) infravermelho, anti-infeccioso, autodidata, interracial, micro-ônibus
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 2

- a) pseudoherói, subemprego, coherdeiro, semianalfabeto
- b) pseudo-herói, sub-emprego, co-herdeiro, semi-analfabeto
- c) pseudo-herói, subemprego, co-herdeiro, semianalfabeto
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 3

- a) reescrever; bem-vindo; afrodescendente; auto-hipnose
- b) re-escrever; bemvindo; afro-descendente; autohipnose
- c) reescrever; benvindo; afro-descendente; auto-hipnose
- d) Nenhuma das anteriores

Nas questões abaixo, assinale a alternativa que correlaciona corretamente os termos:

Questão 4

- I. O palestrante falou por três horas de organização do tempo.
- II. O tribunal a decisão de primeira
- III. O trânsito parou devido à forte
- IV. Carolina foi presa em delito.

- a) a cerca; caçou/instância; serração; flagrante
- b) acerca; cassou/instância; cerração; flagrante
- c) acerca; cassou/estância; cerração; fragrante
- d) acerca; caçou/instância; serração; flagrante



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Questão 5

- I. O juiz pena rigorosa a quem a lei.
- II. A experiência do servidor ainda é
- III. Foi preciso uma do chefe para que o trabalho fosse concluído.
- IV. O oficial de justiça não conseguiu cumprir o
 - a) infligirá/infringir; incipiente; intercessão; mandato
 - b) infringirá/infligir; insipiente; intercessão; mandato
 - c) infligirá/infligir; incipiente; interseção; mandato
 - d) infrigirá/infrigir; insipiente; interseção; mandato

Questão 6

- I. Os juros do empréstimo são
- II. Assisti a um belo no Parque Municipal.
- III. Isabela está na de se formar em Direito.
- IV. A moça estava de terminar o namoro.
 - a) vultuosos; concerto; eminência; afim
 - b) vultosos; conserto; iminência; a fim
 - c) vultosos, concerto; iminência; a fim
 - d) vultuosos; conserto; eminência; afim

Nas questões abaixo, assinale a alternativa que possui erro gramatical:

Questão 7

- a) A situação por que passei causou-me muita dor e decepção.
- b) Não fui trabalhar, porque estava passando mal.
- c) Eis por que desistimos.
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 8

- a) Daqui a duas horas vou sair, mas daqui há pouco estarei de volta
- b) Há tempos não o vejo, mas estamos a dois dias de nos encontrarmos
- c) Espero quitar o empréstimo de hoje a três meses.
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 9

- a) Melancia é ótimo para hidratar.
- b) Não é permitido a entrada depois do horário.
- c) Tenho uma colega que é meio preguiçosa.
- d) Temos de ficar sempre alerta?

Questão 10

- a) Trabalhamos bastante para proporcionar bastantes novidades.
- b) Segue em anexa a foto.
- c) Vocês não são nenhum coitados.
- d) Agora é meia-noite e meia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Conhecimentos específicos

Direito

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

No texto da atual Constituição Federal encontra-se explicitamente o princípio:

- a) da proporcionalidade, no tocante à ponderação de valores constitucionais.
- b) do duplo grau de jurisdição, no que concerne ao processo civil.
- c) da razoável duração do processo judicial ou administrativo.
- d) de proteção à boa-fé, no tocante às relações jurídicas contratuais.

Questão 12

Considerando as previsões constitucionais que estabelecem os direitos e as garantias fundamentais **assinale a alternativa incorreta:**

- a) as normas que definem estes direitos e garantias têm aplicação imediata.
- b) o rol destes direitos e garantias não afastam outros que decorrem dos princípios adotados pela constituição.
- c) os tratados e as convenções internacionais envolvendo direitos e garantias fundamentais aprovados em dois turnos por três quintos dos votos de cada casa legislativa do Congresso Nacional são considerados como emendas constitucionais.
- d) o Brasil não pode se submeter à jurisdição de nenhum Tribunal Penal Internacional, dada a impossibilidade de extradição do brasileiro nato.

Questão 13

No sistema constitucional brasileiro o controle concentrado da constitucionalidade das leis é exercido pelo:

- a) presidente da República, quando este veta projeto de lei.
- b) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando este julga recurso extraordinário.
- c) pelo Tribunal de Justiça dos Estados, quando este julga ação direta de inconstitucionalidade.
- d) pelo Juiz singular de primeiro grau, quando este julga mandado de segurança coletivo.

Questão 14

Acerca do sistema de controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo STF, **assinale a alternativa correta:**

- a) é possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

- b) é cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja lei ou ato normativa distrital decorrente do exercício de competência estadual e municipal.
- c) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão admite pedido de medida cautelar.
- d) declarada a constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, não se revela possível a realização de nova análise contestatória da matéria sob a alegação de que novos argumentos conduziram a uma decisão pela inconstitucionalidade.

Questão 15

A Constituição Federal garante a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar (art. 5º, inciso XVII). A respeito desse direito fundamental, **é correto afirmar que a criação de uma associação:**

- a) depende de autorização do poder público e pode ter suas atividades suspensas por decisão administrativa.
- b) não depende de autorização do poder público, mas pode ter suas atividades suspensas por decisão administrativa.
- c) depende de autorização do poder público, mas só pode ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- d) não depende de autorização do poder público, mas só pode ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

DIREITO CIVIL

Questão 16

Assinale a alternativa correta:

- a) As regras sobre o começo e o fim da personalidade são determinadas pela lei do país em que nascida a pessoa.
- b) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, será aplicada a lei do país em que estiverem situados.
- c) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que tiverem de ser cumpridas.
- d) As alternativas acima estão incorretas.

Questão 17

Nos termos do Código Civil,

- a) a preempção, ou preferência, impõe ao vendedor a obrigação de oferecer ao comprador a coisa que a ser vendida, estando vinculado à proposta anteriormente feita.
- b) Na venda de coisa móvel ou imóvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

- c) Na venda sobre documentos, a tradição da coisa é substituída pela entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato ou, no silêncio deste, pelos usos.
- d) todas as alternativas acima encontram-se em consonância com a letra do Código Civil em vigor.

Questão 18

No que toca à doação:

- a) a doação, quando feita a determinada entidade, só se legitima se a entidade existir ao tempo do ato.
- b) No ato da doação, pode o dador, antecipadamente, renunciar ao direito de revogá-la, desde que o faça expressamente.
- c) são irrevogáveis por ingratidão as doações puramente remuneratórias.
- d) são passíveis de revogação as doações oneradas com encargo, ainda que se trate de encargo já cumprido.

Questão 19

Sobre o mútuo e o comodato, **é correto afirmar:**

- a) que o primeiro tem por objeto coisas não fungíveis, sendo as coisas fungíveis objeto do segundo.
- b) ambos constituem modalidades de empréstimo.
- c) ao tutor, tendo em conta sua condição de representante legal, é permitido dar em comodato os bens confiados a sua guarda, independentemente de autorização especialmente dada para este fim.
- d) nenhuma das assertivas acima se compatibiliza com a Código Civil em vigor.

Questão 20

O achádego:

- a) consiste no acréscimo formado, imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes.
- b) cuida-se de recompensa a que faz jus aquele que ache coisa alheia.
- c) trata-se de porção de terra que, por força natural violenta, se destaca de um prédio e se junta a outro.
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 21

Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários, observados o zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, dentre outros, **atentará para:**

- a) O quanto dispuser a tabela de honorários editada pelo tribunal sob a competência de quem a causa tenha curso.
- b) Mínimo de dez e o máximo de vinte e cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- c) Não há condenação em honorários.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 22

Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica:

- a) Somente pode ser instaurado a pedido do Ministério Público, já que questões relativas ao registro civil das pessoas jurídicas são de interesse público.
- b) Em respeito ao contraditório, somente pode desconsideração em referência ser requerida na inicial, ou por ocasião da contestação.
- c) É cabível na fase de cumprimento de sentença, mas não na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) Autor e réu têm legitimidade para requerer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 23

No que toca à prova documental, **assinale a alternativa correta:**

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o tabelião, o escrivão, ou mesmo o servidor público declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento público, sendo manejado como prova em processo civil, submete-se ao mesmo regime do documento particular.
- c) A alternativa “a” está incorreta em razão de apenas o tabelião e o escrivão possuírem fé pública.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 24

O Ministério Público, em sede de ação popular:

- a) Oficia na ação popular tão somente como custos legis.
- b) Dada a relevância desse instrumento de proteção do patrimônio público, pode também ser ajuizada pelo Ministério Público.
- c) Pode assumir o polo ativo se o autor, cidadão, der motivo à absolvição da instância.
- d) Não há alternativas corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Questão 25

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor,

- a) o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá promover a denúncia da lide ao segurador, a fim de que possa se ressarcir se amargar condenação.
- b) o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador.
- c) As alternativas “a” e “b” estão erradas.
- d) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

DIREITO PENAL

Questão 26

Juan, Dominic, Serena e Venus foram investigados criminalmente pela prática do crime de estelionato majorado (art. 171, §3º, do Código Penal: obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo de entidade de direito público, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante meio fraudulento). Segundo dados constantes do inquérito policial, Juan queria se aposentar, mas não atendia o requisito legal da idade mínima necessária, então procurou o despachante Dominic, que o orientou a falsificar sua certidão de nascimento com a atendente Serena, do Cartório de Registro Civil, e depois procurar a atendente Venus, da agência de Previdência Social. Motivado pela sugestão de Dominic, Juan seguiu suas dicas, sem comentar nada com Serena ou Venus da pessoa de Dominic, ou mesmo comentar com Dominic que agiria conforme sugerido, se apresentou a Serena como alguém interessado em falsificar sua certidão de nascimento para conseguir um benefício no emprego, obtendo referido documento em troca do pagamento de R\$ 500,00, e, em seguida, abordou Venus no Instituto Nacional do Seguro Social com o documento falso, sem que ela tivesse ciência da falsidade, quando, enfim, conseguiu obter o benefício previdenciário pretendido.

Com base nessas informações é possível afirmar que houve concurso de pessoas para a prática do estelionato em detrimento do INSS entre os seguintes agentes:

- a) todos os envolvidos.
- b) Juan – autor, Dominic – partícipe por induzimento, Serena – partícipe por auxílio e Venus – coautora.
- c) Juan – autor, Dominic – partícipe por instigação e Serena – partícipe por auxílio.
- d) Juan – autor e Dominic – partícipe por induzimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Questão 27

Grigor foi condenado a 3 anos de detenção, pena privativa de liberdade que foi substituída por duas restritivas de direitos: prestação pecuniária e prestação de serviços comunitários. Na audiência admonitória o juiz federal fixou a prestação pecuniária no valor de R\$ 500,00 a ser pago à vítima e a prestação de serviços comunitários pelo período de 1 ano, à razão de 1 hora por dia de condenação, em tarefa na Creche Fé e Alegria.

Como procurador(a) da República presente na audiência você reflete sobre os possíveis equívocos da decisão judicial:

- I. A prestação pecuniária não pode ser fixada em valor inferior a 1 salário-mínimo.
- II. A prestação de serviços comunitários não pode ser fixada em período inferior à metade da pena privativa.
- III. O tempo de trabalho deve ser superior a 1 hora por dia de condenação.
- IV. A prestação pecuniária não pode ser destinada à vítima.

Da tua reflexão, você poderá questionar ao juiz federal os seguintes itens, por estarem em desacordo com o Código Penal:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) III e IV
- d) I e IV

Questão 28

Ivan foi flagrado em sua propriedade rural pela Polícia Militar Ambiental extraindo areia, nas margens do rio Paraguaçu, com uma draga que danificava o meio ambiente. Em sua defesa, Ivan apresentou uma autorização de pesquisa dada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, quando foi informado pelos policiais que referida autorização não permitia a extração (lavra) de areia, além de que ele não possuía licença ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ocasião em que foi suspensa a atividade e Ivan encaminhado à Delegacia de Polícia Federal para lavratura do auto de prisão em flagrante pela prática do crime ambiental capitulado no art. 55 da Lei 9.605/98 (executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida) e crime de usurpação patrimonial da União capitulado no art. 2º da Lei 8.176/91 (constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo). Concluída a investigação criminal você, na condição de procurador(a) da República,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

oferecerá a denúncia em desfavor de Ivan pela prática desses dois crimes, no dia do flagrante:

- a) em concurso material.
- b) em concurso formal.
- c) em continuidade delitiva.
- d) em concurso material e formal.

Questão 29

Carlos praticou o crime de moeda falsa (art. 289, §1º do Código Penal, pena de reclusão de 3 a 12 anos, e multa) ao trocar notas falsas de R\$ 100,00 por notas verdadeiras de menor valor, em cidade do interior de Minas Gerais, no dia 25/04/2009. Carlos fugiu, o que dificultou a investigação criminal, que somente foi concluída no dia 14/05/2017. Imediatamente o Ministério Público Federal ofereceu a denúncia, que foi recebida no dia 16/05/2017, com rápida instrução criminal e prolação da sentença pelo juiz federal no dia 07/07/2017, condenando Carlos na pena mínima cominada no tipo penal.

Ao ser intimado da sentença, na condição de procurador(a) da República, você:

- a) manifestará pela extinção da punibilidade em virtude da decadência.
- b) manifestará pela expedição de guia de execução para imediata prisão do condenado.
- c) manifestará pela extinção da punibilidade em virtude da prescrição.
- d) manifestará pela suspensão condicional da pena.

Questão 30

Com o objetivo de se livrar de uma autuação por infração tributária, Jair procurou o auditor fiscal federal Eduardo e ofereceu ao mesmo o pagamento de 10% do valor da multa se ele cancelasse a autuação. Eduardo marcou uma reunião com Jair e, na ocasião, informou ao mesmo que estava preso em flagrante. Assustado, Jair dobrou a proposta se Eduardo reconsiderasse a prisão, quando Eduardo disse a Jair para pagar metade do valor da multa, senão seria preso em flagrante e ainda multado. Sem alternativa, Jair pagou e se livrou da multa e da prisão. Essa situação hipotética pode configurar a prática de quais crimes, dentre os capitulados nos seguintes artigos do Código Penal: Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida; Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem; e Art. 333. Oferecer ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

- a) corrupção passiva e concussão.
- b) corrupção ativa e corrupção passiva.
- c) corrupção ativa e concussão.
- d) apenas corrupção ativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 31

Ao receber um inquérito policial relatado pela autoridade policial federal, na condição de procurador(a) da República, você poderá adotar uma das seguintes soluções, **EXCETO**:

- a) promover o arquivamento em juízo.
- b) propor acordo penal de não-persecução.
- c) oferecer denúncia.
- d) propor a suspensão condicional da pena.

Questão 32

Como titular privativo da ação penal pública o Ministério Público tem o dever de persecução penal, compreendido por alguns autores como princípio da obrigatoriedade da ação penal. Essa titularidade da ação penal autoriza o procurador(a) da República a:

- a) desistir da ação penal proposta.
- b) escolher quem denunciar, mesmo com prova de responsabilidade pessoal de todos os envolvidos.
- c) oferecer ação penal pública condicionada sem representação do ofendido.
- d) requisitar a instauração de inquérito policial para apuração do crime.

Questão 33

A Justiça Federal possui competência criminal equivalente à Justiça Estadual, salvo matéria especializada disposta no artigo 109 da Constituição da República. Desse modo, em havendo conexão entre a prática de dois furtos da competência estadual (art. 155, do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Código Penal) e uma moeda falsa da competência federal (art. 289, do Código Penal), **prevalecerá a competência:**

- a) do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.
- b) da Justiça Federal, na forma do enunciado de súmula 122 do Superior Tribunal de Justiça.
- c) da Justiça Estadual, pelo maior número de infrações.
- d) pela prevenção.

Questão 34

Ricardo, prefeito municipal de Uberlândia, foi preso em flagrante pela Polícia Rodoviária Federal ao apresentar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com vestígios de adulteração, quando parou o veículo que conduzia durante fiscalização de rotina. Se não bastasse isso, os policiais constataram que o veículo era objeto de notícia-crime feita pela empresa Localiza como vítima de apropriação indébita, pois teria sido locado por um terceiro, há 5 meses, para uso por 7 dias, e até aquela data, não tinha sido devolvido. Os policiais efetuaram a prisão em flagrante pelo crime de uso de documento público falso (art. 297 c/c art. 304, ambos do Código Penal) e pelo crime de receptação (art. 180, do Código Penal), encaminhando o prefeito à Delegacia de Polícia Federal. Concluída a investigação, na condição de procurador da República você ofereceu a denúncia perante o Juiz Federal em Uberlândia, quando o advogado do prefeito arguiu a incompetência do juízo em virtude do foro por prerrogativa de função do prefeito, que deveria ser processado perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pois os crimes foram praticados no exercício do cargo de prefeito. Em relação ao foro especial desse caso hipotético, qual principal argumento deve ser utilizado na manifestação do Ministério Público Federal, com base na recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Ricardo possui foro especial no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prevalente em relação aos demais.
- b) Ricardo possui foro especial no Tribunal Regional Federal, por ser federal o crime de uso de documento.
- c) Ricardo não possui foro especial, porque não há relação entre o crime e o cargo exercido.
- d) Ricardo não possui foro especial, mas deve ser julgado pelo Juiz de Direito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Questão 35

Durante plantão criminal, na condição de procurador(a) da República você recebeu cópia de auto de prisão em flagrante do Departamento de Polícia Federal e, também, do juiz federal plantonista, para se manifestar, em 24 horas. Observe o seguinte rol de providências:

- I. Analisar a regularidade do flagrante e manifestar pelo relaxamento da prisão, se constatada violação à lei ou à Constituição da República.
- II. Sendo regular a prisão, requerer a prisão preventiva do preso se presentes prova da existência do crime, indícios suficientes de autoria e risco na liberdade do preso, como garantia da ordem pública, econômica, instrução criminal e aplicação da lei penal.
- III. Sendo regular a prisão e presentes os requisitos para decretar a prisão preventiva, analisar a possibilidade de substituir a preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.
- IV. Não sendo caso de prisão preventiva, manifestar-se pela liberdade provisória, com ou sem fiança.

Dentre essas providências, quais você deverá tomar:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) I, II, III e IV

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Indique o princípio da administração pública imediatamente relacionado ao ato administrativo praticado visando à finalidade legal:

- a) eficiência.
- b) impessoalidade.
- c) legalidade estrita.
- d) moralidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

Questão 37

Não é considerado princípio da administração pública:

- a) hierarquia.
- b) especialidade.
- c) universalidade.
- d) motivação.

Questão 38

A respeito do tema controle da administração pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O controle legislativo abrange os atos do Poder Executivo e alguns do Poder Judiciário.
- II. o controle político relaciona-se com os aspectos da legalidade, não abrangendo as decisões administrativas sob o aspecto da discricionariedade.
- III. O controle financeiro compreende, entre outros, o controle de resultados de cumprimento dos programas de trabalho e de metas.
- IV. A fiscalização inclui o sistema de controle externo exercido por cada um dos Poderes em relação aos outros.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 39

Não configura sanção constitucionalmente prevista para os atos de improbidade administrativa:

- a) a suspensão por mais de trinta dias, sem percepção de vencimentos.
- b) a suspensão dos direitos políticos.
- c) o ressarcimento ao erário.
- d) a perda da função pública.

Questão 40

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A conduta do administrador público em desrespeito ao princípio da moralidade administrativa enquadra-se nos denominados “atos de improbidade”. Tal conduta poderá ser sancionada com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

II. O princípio da democracia participativa é instrumento para a efetividade dos princípios da eficiência e da probidade administrativa.

III. Além dos agentes públicos, terceiros podem ser sujeitos ativos de improbidade administrativa. O terceiro, quando beneficiário direto ou indireto do ato de improbidade, só pode ser responsabilizado por ação dolosa.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1

Pedro, querendo subir na empresa em que trabalha, falsifica um diploma de TÉCNICO EM AGRONOMIA, que falsamente teria sido emitido por entidade federal de ensino. O logotipo impresso no diploma e tudo o mais se assemelhava muito aos diplomas emitidos pela instituição federal de ensino. Falsificado o diploma, PEDRO se dirigiu ao CREA-MG para registrá-lo e, assim, pleitear a promoção que almejava.

Chegado ao CREA-MG, o funcionário que atendeu PEDRO recebeu o diploma e demais documentos e, no dia seguinte, ligou para a instituição federal que supostamente teria emitido o diploma apresentado por PEDRO, objetivando checar a autenticidade do documento. Em resposta, o diretor da secretaria da entidade federal, depois de verificar a lista de alunos formados no ano reportado no diploma falso, informou ao funcionário do CREA que se tratava de um diploma falso.

O CREA-MG, então, representou os fatos à Polícia Federal, com cópia de todos os documentos apresentados a registro por PEDRO, motivo pelo qual foi instaurado inquérito para apurar a prática do delito descrito no artigo 304 c/c 297, ambos do CPB. Na fase investigativa, PEDRO confessou o delito, dizendo ter sido ele o autor da falsificação. Descreveu a forma como foi contrafeito o documento, declinando, inclusive, que não mais possuía os equipamentos utilizados na prática delituosa.

O CREA, depois de extrair cópia do diploma falsificado, cuidou de destruir o original, informando o fato ao delegado responsável pela investigação. Encaminhou-lhe, contudo, cópia integral do procedimento no bojo do qual restou apurada a falsidade do diploma apresentado a registro por PEDRO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Coordenação de Estágio

O delegado, então, encerra o inquérito e indícia PEDRO. Seu relatório apontou como prova da materialidade do delito o procedimento administrativo conduzido pelo CREA, ao fim do qual se concluiu pela falsidade do diploma utilizado por PEDRO. Já a autoria, o relatório fundamentou no próprio depoimento de PEDRO, contendo sua confissão relativa à prática delituosa.

O inquérito é encaminhado ao Ministério Público Federal e, no gabinete, é apresentado a um estagiário que, de pronto, minuta a denúncia, cujo teor aponta como indício de autoria a confissão do acusado. Já no que toca à materialidade do delito, o teor da peça minutada aponta a cópia do procedimento administrativo conduzido pelo CREA-MG, e cuja cópia encontra-se encartada no inquérito policial. O membro do *MP*, depois de examinar os autos e a peça minutada, chama você para avaliar a opção oferecida pelo outro estagiário.

Isso posto, disserte sobre o sistema das provas legais no Processo Penal, enfrentando não só a questão do possível tarifamento de provas, no caso de delitos que deixam vestígio. Discorra sobre o livre convencimento motivado e a íntima convicção. Ao final, diga, justificadamente, se houve o acerto ou o desacerto na solução apontada pelo primeiro estagiário para o caso em questão.

QUESTÃO 2

Pedro se encontrava em casa quando foi surpreendido com um carnê do BANCO xxxxx, que materializava parcelas do financiamento de um carro que jamais adquiriu. O valor do carro ultrapassava R\$90.000,00. Buscando informações junto ao banco, descobriu que alguém, valendo-se do número de seu CPF e de uma CNH falsa, logrou financiar um carro em nome de PEDRO.

O carro encontra-se em plena circulação, sujeitando PEDRO ao risco de receber notificações por infração de trânsito cometidas pelo autor da fraude, que agora conduz o veículo financiado em nome de PEDRO.

PEDRO, então, leva os fatos relativos à fraude ao conhecimento do Ministério Público Federal.

Sobre esses fatos, no que toca à competência persecutória, é de se destacar que o entendimento da 2ª CCR sobre o tema (orientação 31, hoje suspensa) opõe-se ao que vem concluindo o STJ.

Discorra você sobre:

a) a correlação entre a competência das Justiças da União e dos Estados e as atribuições de cada CORPO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (estadual e federal), destacando o aspecto da coextensividade;

b) os dois entendimentos (orientação 31 da 2ª CCR e jurisprudência do STJ) e, ao final, tipifique a conduta descrita no enunciado da questão.